

16° SIMULADO

DEPEN

AGENTE FEDERAL DE EXECUÇÃO PENAL
PÓS-EDITAL



Estratégia
Concursos

Simulado Especial

16º Simulado DEPEN – Agente Federal de Execução Penal

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do DEPEN;
- 2 – A prova contém **120 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CESPE/CEBRASPE, com assertivas para serem valoradas como “certo” ou “errado”.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <http://bit.ly/Simulado-DEPEN-13-09>

01 – C E	25 – C E	49 – C E	73 – C E	97 – C E
02 – C E	26 – C E	50 – C E	74 – C E	98 – C E
03 – C E	27 – C E	51 – C E	75 – C E	99 – C E
04 – C E	28 – C E	52 – C E	76 – C E	100 – C E
05 – C E	29 – C E	53 – C E	77 – C E	101 – C E
06 – C E	30 – C E	54 – C E	78 – C E	102 – C E
07 – C E	31 – C E	55 – C E	79 – C E	103 – C E
08 – C E	32 – C E	56 – C E	80 – C E	104 – C E
09 – C E	33 – C E	57 – C E	81 – C E	105 – C E
10 – C E	34 – C E	58 – C E	82 – C E	106 – C E
11 – C E	35 – C E	59 – C E	83 – C E	107 – C E
12 – C E	36 – C E	60 – C E	84 – C E	108 – C E
13 – C E	37 – C E	61 – C E	85 – C E	109 – C E
14 – C E	38 – C E	62 – C E	86 – C E	110 – C E
15 – C E	39 – C E	63 – C E	87 – C E	111 – C E
16 – C E	40 – C E	64 – C E	88 – C E	112 – C E
17 – C E	41 – C E	65 – C E	89 – C E	113 – C E
18 – C E	42 – C E	66 – C E	90 – C E	114 – C E
19 – C E	43 – C E	67 – C E	91 – C E	115 – C E
20 – C E	44 – C E	68 – C E	92 – C E	116 – C E
21 – C E	45 – C E	69 – C E	93 – C E	117 – C E
22 – C E	46 – C E	70 – C E	94 – C E	118 – C E
23 – C E	47 – C E	71 – C E	95 – C E	119 – C E
24 – C E	48 – C E	72 – C E	96 – C E	120 – C E

PORTUGUÊS

Felipe Luccas

TEXTO I

A Superdotação Intelectual é caracterizada pelo desenvolvimento de uma habilidade significativamente superior à da média da população em alguma das áreas do conhecimento, podendo se destacar em atividades como: acadêmicas, criativas, de liderança, artísticas, psicomotoras ou de motivação. O sujeito da Superdotação é conhecido como superdotado, talentoso ou portador de altas habilidades. Existem diferentes gradações para o fenômeno da Superdotação intelectual. Entre elas, destacamos a precocidade, o prodígio e a genialidade.

Segundo o Conselho Brasileiro para a Superdotação (ConBraSD), o conceito “precocidade” aplica-se a crianças que desenvolvem certa habilidade de maneira prematura, anterior ao tempo previsto para a grande maioria das crianças, o que pode acontecer em qualquer área do conhecimento como música, literatura, matemática ou linguagem.

O termo “Criança Prodígio” é empregado para o desenvolvimento de alguma característica rara ou extrema, que não se enquadraria no curso normal do desenvolvimento natural. O exemplo mais usado é o pianista Wolfgang Amadeus Mozart que começou a tocar piano com apenas três anos de idade.

“Genialidade” é o termo reservado para pessoas cuja habilidade gerou contribuições extraordinárias para a história da humanidade. É o caso de estudiosos como Einstein, Gandhi, Freud, Portinari e do próprio Mozart. Nos três casos, tratamos de pessoas que podemos dizer terem sido dotadas de altas habilidades, ou superdotadas.

Ao longo dos anos, inúmeras propostas foram desenvolvidas para avaliação e diagnóstico da Superdotação intelectual, baseadas em testes de inteligência, avaliação de padrões comportamentais e de condições de desenvolvimento. Para alguns autores, existem três condições fundamentais para o diagnóstico: habilidade acima da média, comprometimento com a tarefa e criatividade. Outros autores defendem propostas multidisciplinares para o desenvolvimento de um diagnóstico e de propostas interventivas.

<https://brasilescola.uol.com.br/psicologia/superdotacao-intelectual.htm>

Considerando os aspectos estruturais e linguísticos do texto I, julgue os itens a seguir.

1. De acordo com o texto, superdotado é o indivíduo que manifesta habilidades elevadas e precoces em música, literatura, matemática ou linguagem.
2. Infere-se do texto que os prodígios apresentam genialidade.
3. Quanto ao sujeito da Superdotação (1º parágrafo), “talentoso” e “portador de altas habilidades” são expressões equivalentes no texto.
4. Infere-se do último período do primeiro parágrafo que “a precocidade, o prodígio e a genialidade” são patamares de superdotação dispostos, no texto, em ordem crescente.
5. A criatividade é um requisito fundamental para o diagnóstico da superdotação.
6. No segmento “Existem diferentes gradações para o fenômeno da Superdotação intelectual” (1º parágrafo), a forma verbal poderia ser substituída por “há”, sem prejuízo às relações sintáticas.
7. Os parênteses empregados no segundo parágrafo isolam termo que explicam um termo anterior.
8. No primeiro período do primeiro parágrafo, sem prejuízo aos sentidos originais e à correção gramatical, a locução “é caracterizada” poderia ser substituída por “caracteriza-se”.
9. No último parágrafo, o sinal de dois-pontos introduz um aposto.
10. Os termos “de um diagnóstico” e “de propostas interventivas” (5º parágrafo) exercem funções sintáticas distintas.

11. A vírgula após “anos” (5º parágrafo) é facultativa.

12. O termo “com a tarefa e criatividade” complementa o nome “comprometimento” (5º parágrafo).

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Thállius Moraes

Levando em consideração disposições previstas na Lei 8.112/90, que trata do regime jurídico único dos servidores públicos civis federais, analise a próxima assertiva.

13. A comissão do processo disciplinar será composta por três servidores estáveis, sendo que o presidente da comissão deverá ser ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível, ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado.

Conforme as regras elencadas na Lei 12.846/13, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, julgue o próximo item.

14. As sociedades controladoras, controladas ou coligadas serão subsidiariamente responsáveis pela prática dos atos previstos na lei anticorrupção, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.

DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Ricardo Torques

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) foi elaborada por representantes de diferentes origens jurídicas e culturais de todas as regiões do mundo. Sobre esse importante documento, julgue os itens a seguir:

15. A Declaração Universal dos Direitos Humanos assegura a todos o direito a uma audiência justa e pública, podendo ser limitada a presença às próprias partes e a seus advogados, realizada por tribunal independente e imparcial, que decidirá sobre direitos, deveres ou o fundamento de qualquer acusação criminal.

16. Não há argumento que justifique a interferência na vida privada, familiar, domiciliar ou nas comunicações do indivíduo, sendo assegurada proteção legal contra tais interferências.

O Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) busca dar concretude aos direitos humanos básicos dos brasileiros, alinhando as políticas públicas aos tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário. Desse modo, julgue os itens seguintes:

17. O fortalecimento dos direitos humanos como um instrumento transversal das políticas públicas promoverá a interação democrática entre Estado e sociedade civil.

18. O Programa Nacional de Direitos Humanos não apresenta disposições voltadas às minorias ou grupos vulneráveis, a exemplo de crianças e adolescentes, tendo previsões direcionadas à sociedade como um todo.

Com base nas disposições da Lei de Execução Penal, julgue os itens sobre o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária e sobre o Conselho Penitenciário.

19. O Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária tem a incumbência de elaborar programa nacional penitenciário de formação e aperfeiçoamento do servidor, mas não é de sua alçada o estabelecimento de regras sobre arquitetura e construção de estabelecimentos penais.

20. Cabe ao Conselho Penitenciário, dentre outras atribuições, a inspeção dos estabelecimentos e serviços penais, bem como a apresentação, no

primeiro trimestre de cada ano, de relatório dos trabalhos efetuados ao Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária.

O Decreto nº 9.759/2019 estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da Administração Pública Federal. Julgue o item seguinte:

21. Os colegiados que abrangem mais de um órgão, entidades vinculadas a órgãos distintos ou entidade e órgão ao qual a entidade não se vincula só poderão ser criados por decreto.

As Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Reclusos (Regras de Mandela) não pretendem descrever um modelo de sistema prisional, mas buscam estabelecer o que geralmente se aceita como sendo bons princípios e práticas no tratamento dos reclusos e na gestão dos estabelecimentos prisionais. Sobre o tema, julgue a assertiva abaixo:

22. As medidas que privam o indivíduo do contato com o mundo exterior já são penosas por si só, posto

que privam a liberdade e retiram o direito à autodeterminação. Desse modo, são absolutamente vedadas que agravem o sofrimento inerente a esta situação.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Ricardo Vale

Sobre os direitos e deveres individuais e coletivos, julgue as afirmações subsequentes:

23. O mandado de injunção somente pode ser utilizado para se exigir a regulamentação de norma de eficácia limitada.

24. Se o direito de reunião for exercido pacificamente e sem armas, ficarão dispensados o prévio aviso e a autorização da autoridade competente.

No que diz respeito à segurança pública, julgue a próxima assertiva:

25. À Polícia Federal compete apurar infrações penais em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas, empresas públicas e sociedades de economia mista.

Considerando o que dispõe a Constituição acerca do Poder Executivo, julgue as afirmações seguintes:

26. Poderão substituir e suceder o Presidente, em caso de impedimento ou vacância, o Vice-Presidente e o Presidente da Câmara dos Deputados.

27. O Presidente da República é inviolável por suas palavras e votos em todo o território nacional.

Julgue o item subsequente, com base nos direitos sociais disciplinados na CF/88:

28. Aos trabalhadores domésticos foi estendida a quase totalidade dos direitos aplicáveis aos demais trabalhadores, incluindo o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e a licença-paternidade.

Julgue a próxima assertiva, com base no que dispõe a Constituição Federal acerca dos direitos políticos:

29. A Constituição prevê que os indivíduos originários de países de língua portuguesa podem solicitar a naturalização sem que precisem comprovar residência permanente no Brasil.

Considerando as regras atinentes aos direitos políticos, julgue o item a seguir:

30. Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros, os analfabetos e os conscritos.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Thállius Moraes

Acerca dos Poderes da Administração e da Responsabilidade Civil do Estado, julgue as próximas assertivas.

31. Com base no poder hierárquico, a administração pública direta possui a prerrogativa de anular ato ilegal praticado por entidade administrativa descentralizada.

32. A polícia administrativa, diferentemente da polícia judiciária, possui uma natureza eminentemente preventiva, sendo direcionada a ilícitos de ordem administrativa.

33. O Estado responde civilmente por danos causados pelos seus agentes, nessa qualidade, ainda que eles tenham agido sob excludente de ilicitude penal.

Acerca das Licitações e dos Contratos Administrativos, levando em consideração as normas traçadas na Lei 8.666/93, julgue os próximos itens.

34. Situação hipotética: Determinado órgão federal publicou um edital de licitação, na modalidade concorrência, sob o critério do menor preço, e estabeleceu um prazo de quarenta dias para a apresentação das propostas. Assertiva: No caso narrado, o prazo narrado se mostra adequado.

35. Caso determinado órgão público pretenda realizar a restauração de uma obra de arte, de autenticidade certificada e comprovado valor histórico, poderá contratar diretamente um profissional do setor, por inexigibilidade de licitação.

36. O atraso injustificado na execução de contrato administrativo sujeitará o contratado à penalidade de multa de mora, o que não impede que a administração rescinda unilateralmente o contrato.

O Decreto 10.024/19 estabelece as regras que regulamentam a licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica. Considerando as disposições desse Decreto, analise os próximos itens.

37. Após o encerramento da etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, contudo, é vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

Levando em consideração as disposições da Lei 9.784/99, que estabelece as regras acerca do processo administrativo em âmbito federal, analise o próximo item.

38. Os atos do processo administrativo são praticados mediante forma determinada, salvo quando a lei expressamente a dispensar.

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL

Tiago Zanolla

Lepo Lepo teve sua inclusão no sistema penitenciário federal autorizado. Acerca das fases evolutivas, da classificação e da individualização da pena previstos no Decreto n. 6.049/2007, julgue os itens a seguir:

39. As fases da execução administrativa da pena compreende o procedimento de inclusão, avaliação pela Comissão Técnica de Classificação e atualização do BNMP 2.0.

40. Para orientar a individualização da execução penal, Lepo Lepo será classificado segundo os seus antecedentes e personalidade.

41. A classificação e a individualização da execução da pena de Lepo Lepo será feita pela Comissão Técnica de Classificação, obedecidos os procedimentos definidos pelo Ministério da Justiça.

42. A efetiva inclusão de Lepo Lepo no estabelecimento penal federal concretizar-se-á somente após a conferência dos seus dados de identificação com o ofício de apresentação.

43. No ato de inclusão, Lepo Lepo está sujeito às regras de identificação e de funcionamento do estabelecimento penal federal previstas pelo Ministério da Justiça.

44. Na inclusão de Lepo Lepo, a localização em que se encontra deve ser comunicada à família ou a pessoa por ele indicada. A comunicação é feita pelo setor de comunicação do estabelecimento.

45. Na inclusão de Lepo Lepo no estabelecimento penal federal, deve ser certificado suas condições físicas e mentais, exceto se preso há menos de seis meses.

46. Se na inclusão de Lepo Lepo forem detectados indícios de violação da integridade física ou moral, ou verificado quadro de debilidade do seu estado de saúde, tal fato deverá ser imediatamente comunicado ao diretor do estabelecimento penal federal.

47. Caso Lepo Leo seja liberado condicional, é considerado egresso durante o período de prova.

AINDA ACERCA DO DECRETO N. 6.049/2007, julgue os itens a seguir:

48. Entre as regalias concedidas aos presos pelo diretor do estabelecimento penal federal, está a de praticar esportes em horários extraordinários.

49. Aos presos submetidos ao regime disciplinar diferenciado serão assegurados atendimento psiquiátrico e psicológico, com a finalidade de determinar o grau de responsabilidade pela conduta faltosa anterior, ensejadora da aplicação do regime diferenciado e acompanhar, durante o período da sanção, os eventuais efeitos psíquicos de uma reclusão severa, cientificando as autoridades

superiores das eventuais ocorrências advindas do referido regime.

50. A assistência educacional compreenderá a instrução escolar, ensino básico e fundamental, profissionalização e desenvolvimento sociocultural. O ensino deverá se estender aos presos em regime disciplinar diferenciado, preservando sua condição carcerária e de isolamento em relação aos demais presos, por intermédio de programa específico de ensino voltado para presos nesse regime.

51. A assistência ao egresso consiste na orientação e apoio para reintegrá-lo à vida em liberdade.

52. A assistência ao egresso poderá ser providenciada pelos sistemas penitenciários estaduais ou municipal, onde resida sua família, mediante convênio estabelecido entre a União e os Estados ou o Distrital Federal, a fim de facilitar o acompanhamento e a implantação de programas de apoio ao egresso.

53. O egresso somente obterá a prestação assistencial no Estado ou no Distrito Federal onde residam, comprovadamente, seus familiares.

EXECUÇÃO PENAL

Antônio Pequeno

54. Segundo a Lei de Execução Penal a Comissão Técnica de Classificação, existente em cada estabelecimento, será presidida pelo diretor e composta, no mínimo, por 2 (dois) chefes de serviço, 1 (um) psiquiatra, 1 (um) psicólogo e 1 (um) assistente social, quando se tratar de condenado à pena privativa de liberdade.

55. As faltas disciplinares classificam-se em leves, médias, graves e gravíssimas. A legislação local especificará as leves e médias, bem assim as respectivas sanções.

56. Pune-se a tentativa com a sanção correspondente à falta consumada.

57. Recusar submeter-se ao procedimento de identificação do perfil genético é falta de natureza média.

58. Possuir, indevidamente, instrumento capaz de ofender a integridade física de outrem é falta de natureza grave.

59. O recolhimento em cela individual é uma das características do regime disciplinar diferenciado.

60. Dentre as características do regime disciplinar diferenciado temos as visitas quinzenais, de 2 (duas) pessoas por vez, a serem realizadas em instalações equipadas para impedir o contato físico e a passagem de objetos, por pessoa da família ou, no caso de terceiro, autorizado judicialmente, com duração de 2 (duas) horas;

61. Segundo a Lei de Execução Penal Constituem sanções disciplinares advertência verbal; repreensão; suspensão ou restrição de direitos (artigo 41, parágrafo único); isolamento na própria cela, ou em local adequado, nos estabelecimentos que possuam alojamento coletivo, observado o disposto no artigo 88 desta Lei e inclusão no regime disciplinar diferenciado

62. O isolamento, a suspensão e a restrição de direitos poderão exceder a trinta dias, ressalvada a hipótese do regime disciplinar diferenciado.

63. A sanção disciplinar de isolamento não precisa ser comunicada ao juiz da execução

64. São órgãos da execução penal: o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária; o Juízo criminal; o Ministério Público; o Conselho Penitenciário; os Departamentos Penitenciários; o Patronato; o Conselho da Comunidade. a Defensoria Pública.

65. Segundo a Lei de Execução Penal o Departamento Penitenciário Nacional, subordinado ao Ministério da Justiça, é órgão executivo da Política Penitenciária Nacional e de apoio administrativo e financeiro do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária.

66. Segundo a Lei de Execução Penal o ocupante do cargo de diretor de estabelecimento deverá satisfazer os seguintes requisitos: ser portador de diploma de nível superior de Direito, ou Psicologia, ou Ciências Sociais, ou Pedagogia, ou Serviços Sociais; possuir experiência administrativa na área; ter idoneidade moral e reconhecida aptidão para o desempenho da função.

67. A penitenciária destina-se ao condenado à pena de detenção, em regime fechado.

68. A cadeia pública destina-se ao recolhimento de presos condenados a pena de reclusão.

69. De acordo com o Superior Tribunal de Justiça a falta disciplinar grave impede a concessão do livramento condicional, por evidenciar a ausência do requisito subjetivo relativo ao comportamento satisfatório durante o resgate da pena, nos termos do art. 83, III, do Código Penal - CP.

70. De acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça a falta grave não interrompe o prazo para obtenção de livramento condicional.

71. De acordo com a Lei de Execução Penal, em caso de falta grave, o juiz poderá revogar até 1/3 (um terço) do tempo remido, observado o disposto no art. 57, recomeçando a contagem a partir da data da infração disciplinar.

72. Julgue o item subsequente, com relação às disposições da Lei de Execução Penal (LEP).

Caso um preso pratique uma falta disciplinar, poderá a autoridade administrativa decretar o isolamento preventivo desse preso pelo prazo de até dez dias. A inclusão do preso no regime disciplinar diferenciado,

no interesse da disciplina e da averiguação do fato, dependerá de despacho do juiz competente

73. O juiz poderá definir a fiscalização por meio da monitoração eletrônica quando conceder prisão domiciliar e a saída temporária.

74. Sobre o trabalho externo do preso, é correto afirmar que somente poderá ser concedida após o cumprimento de 1/6 da pena.

75. De acordo com a lei nº 13675/2018, São integrantes operacionais do Susp, dentre outros, polícia federal; polícia rodoviária federal; polícias civis; polícias militares; corpos de bombeiros militares; guardas municipais; órgãos do sistema penitenciário;

76. De acordo com a lei nº 13675/2018, São integrantes estratégicos do Susp, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, por intermédio dos respectivos Poderes Executivos; os Conselhos de Segurança Pública e Defesa Social dos três entes federados.

77. Julgue o item abaixo de acordo com a portaria de nº 157/2019 do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que disciplina o procedimento de visita social aos presos nos estabelecimentos penais federais de segurança máxima e dá outras providências

À Divisão de Segurança e Disciplina compete definir a organização da rotina carcerária de forma a permitir que os demais agendamentos não coincidam com os atendimentos em parlatórios.

78. Julgue o item abaixo de acordo com a portaria de nº 157/2019 do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que disciplina o procedimento de visita social aos presos nos estabelecimentos penais federais de segurança máxima e dá outras providências

O diretor do estabelecimento penal federal poderá, em ato motivado, estabelecer dias e horários diversos

dos previstos no caput do art.4º da portaria para as visitas sociais em parlatório.

DIREITO PENAL

Ivo Martins

79. O delito de desacato resguarda somente o bem jurídico de autoridades da Administração Pública.

80. O princípio da tipicidade garante a proibição da analogia in malam partem no direito penal.

81. No crime falho ou na tentativa imperfeita, o processo de execução é integralmente realizado pelo agente e o resultado é atingido.

82. O tipo penal que incrimina o ato de possuir ou guardar objetos especialmente destinados à falsificação de moeda é uma exceção à impunibilidade dos atos preparatórios no direito penal.

83. Sob a vigência da lei X, Robson cometeu um crime. Posteriormente, passou a vigorar a lei Y, que, além de ser mais grave, ainda revogou a lei X. Depois disso, Robson foi julgado. Nessa situação, o juiz terá de se fundamentar com base na retroatividade em benefício do réu para aplicar a lei X, por ser esta menos grave que a lei Y.

84. A pena cumprida no estrangeiro atenua a pena imposta no Brasil, quando diversas, ou nela é computada, quando idênticas, desde que as penas digam respeito a crimes que não estejam inseridos no rol daqueles que, por convenção ou tratado internacional, o Brasil tenha se obrigado a combater.

85. Nos crimes contra a honra dispostos no Código Penal cabe exceção da verdade na calúnia contra os mortos.

86. João, office boy de um escritório de advocacia, recebeu um cheque de um cliente do escritório para

custear registro de escritura pública. Com o intento de pagar contas atrasadas, mas, pensando em restituir os valores quando recebesse seu salário, depositou o cheque em sua própria conta bancária. Ocorre que o cheque não foi compensado em face da sustação efetuada pelo emitente. João cometeu apropriação indébita tentada.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Renan Araújo

TEXTO-BASE para os itens 87 a 90:

Situação hipotética: Carlos, brasileiro, caminhava pelas ruas de Paris (França) quando, de repente, parou para tomar um café. Ao pedir o café, Carlos se sentiu mal atendido pelo garçom, motivo pelo qual desferiu alguns socos e chutes no mesmo. A vítima, em razão das agressões, ficou incapacitada para exercer suas atividades habituais por 34 dias. Após o fato, Carlos, arrependido, procurou a vítima, pediu desculpas e pagou todas as despesas do hospital, bem como indenizou a vítima pelos demais danos materiais e morais sofridos.

Atento ao caso narrado, julgue os itens seguintes:

87. Assertiva: no caso em tela, Carlos praticou conduta tipificada como crime de lesão corporal gravíssima.

88. Assertiva: será aplicável a lei penal brasileira ao fato praticado por Carlos, desde que preenchidas algumas condições, como a entrada de Carlos no território nacional.

89. Assertiva: Marcos poderá ser punido de acordo com a lei brasileira, ainda que já tenha sido absolvido na França.

90. Assertiva: a reparação do dano por Carlos não configura arrependimento posterior, de forma que não haverá redução de pena.

91. Sobre os crimes contra a fé pública, julgue o item a seguir:

O agente que falsificar ações de sociedade empresária privada ou testamento particular deverá

responder pelo crime de falsificação de documento particular.

92. Sobre os crimes contra o patrimônio, julgue o item a seguir:

A subtração de sinal de TV a cabo, conforme jurisprudência majoritária do STF, configura crime de furto, eis que o sinal de TV a cabo pode ser equiparado a energia para fins penais.

93. Sobre a ilicitude, julgue o item a seguir:

Aquele que, ao agir inicialmente amparado por legítima defesa, acabar se excedendo, deverá ser responsabilizado pelo excesso, seja ele doloso ou culposos.

94. Sobre os crimes contra a administração pública, julgue o item a seguir:

O crime de fraude processual não se verifica se a conduta do agente é destinada a produzir efeito em processo administrativo, vez que se trata de crime contra a administração da Justiça.

INFORMÁTICA

Ranielison Passos

Sobre procedimentos relacionados a Windows 10, julgue o próximo item.

95. Para acessar o painel de controle convencional de forma mais rápida, um usuário, utilizando o sistema operacional Windows 10, abriu a ferramenta executar por meio do comando WINDOWSKEY+R e em seguida digitou o comando CONTROL.

96. O programa operador gráfico do Windows 10, que exibe com nitidez botões, janelas, ícones, entre outros elementos gráficos, é chamado de Windows Metro UI.

Sobre banco de dados e modelagem relacional, julgue a próxima assertiva.

97. Após a criação e definição do projeto Modelo Entidade-Relacionamento, representação do modelo funcional do banco de dados, será criada a representação de um diagrama gráfico, o Diagrama de Entidade e Relacionamento, representado pela sigla DER.

Sobre os aplicativos editores da suíte Microsoft Office 2016 e suíte LibreOffice 6.4, julgue os itens abaixo.

98. Considerando o aplicativo Impress, instalação padrão em português, durante a inicialização da ferramenta é possível escolher um modelo de apresentação existente a ser seguido.

Sobre conceitos de segurança, backups e ataques a computadores, julgue os itens abaixo.

99. O Backup do tipo Incremental é considerado mais rápido de ser processado, ou seja, possui melhor desempenho na criação do backup se comparado aos tipos de cópia diferencial e completa.

Na situação em que uma empresa possua várias máquinas na rede que alimentam um servidor de banco de dados e que os dados desse servidor precisam ser becapiados, analise a afirmação abaixo.

100. Na cópia de dados pelo modelo Offline os arquivos designados ao backup serão copiados para a mídia de armazenamento enquanto o sistema de banco de dados estiver em operação.

Sobre convergência de rede e noções de voz sobre IP (VOIP e telefonia IP), julgue o item abaixo.

101. Em grandes empresas poderão ser encontrados sistemas Communications as a Service (CaaS), uma plataforma de serviços que facilitam as comunicações comerciais. Normalmente essa plataforma é implementada a fim de reduzir custos e aumentar a eficiência nos processos de telecomunicações por áudio ou vídeo.

Sobre redes de computadores e conceitos de internet/intranet, julgue a assertiva abaixo.

102. Durante o acesso a um servidor da rede um usuário precisou realizar a transferência de alguns arquivos da máquina ao servidor conectado. Para isso, será utilizado o protocolo TCP, protocolo utilizado para transferência de arquivos pela rede.

RACIOCÍNIO LÓGICO

Guilherme Neves

103. A negação da proposição “A prática de exercícios te transforma e o futebol te dá alegria” está assim corretamente enunciada: “A ginástica não te transforma nem o futebol te dá alegria”.

104. A proposição “A Constituição brasileira é moderna ou precisa ser refeita” será V quando a proposição “A Constituição brasileira não é moderna nem precisa ser refeita” for F, e vice-versa.

105. A negação da proposição $A \rightarrow (\neg B)$ possui os mesmos valores lógicos que a proposição $A \wedge B$.

106. A negação da proposição “Existe banco brasileiro que cobra taxa para realização de TED.” pode ser assim redigida: “Nenhum banco brasileiro cobra taxa para realização de TED.”

107. Se P representar a proposição “Todos os policiais são honestos”, então a proposição $\neg P$ estará corretamente enunciada por “Nenhum policial é honesto”.

Uma bomba despeja água apenas em vazão constante. Quando a sua vazão é X, a bomba leva H horas para encher um tanque. A vazão da bomba será aumentada e passará a ser Y, de modo a encher o mesmo tanque em cinco oitavos de H horas. Com base nessas informações, julgue o item a seguir.

108. A vazão Y é igual à vazão X aumentada em 60%.

Sabe-se que um assinante do Estratégia pode sempre estar matriculado simultaneamente em até 3 pacotes de matérias na sua área do aluno. Entretanto, o processo para desmatricular e efetuar uma matrícula em um novo pacote é muito rápido e fácil. Assim, o aluno tem sempre fácil e ilimitado acesso a milhares de cursos, mas a sua área do aluno sempre fica organizada com no máximo 3 pacotes de matérias. Uma pesquisa com 1000 assinantes do Estratégia indicou que 700 estão matriculados no pacote do INSS, 450 no pacote para PRF e 500 no pacote da PF; 250 estão matriculados tanto no pacote INSS quanto no pacote PRF; 50 tanto no pacote PF quanto no pacote PRF; e 450 nos pacotes do INSS e PF. Com base nessas informações, julgue os itens a seguir.

109. Todos os alunos pesquisados estão matriculados em algum desses três pacotes (INSS, PF ou PRF).

110. A quantidade de alunos entrevistados que estão matriculados nos 3 pacotes (PF, PRF e INSS) simultaneamente ou que não estão matriculados em nenhum desses 3 pacotes é menor do que ou igual a 150.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

Marcos Girão

No que concerne à Lei nº 12.850/2013 (Organizações Criminosas), julgue os próximos itens.

111. Situação hipotética. Adolfo Rítler de Oliveira, com intenção de receber algum benefício com sua colaboração premiada em um processo em que é réu, revelou informações que sabia serem inverídicas sobre a estrutura de uma perigosa organização criminosa da qual estava sendo acusado de pertencer. **Assertiva.** Por esse fato, é correto afirmar que Adolfo Rítler cometeu crime tipificado na Lei de Organizações Criminosas, punível com pena de reclusão de 1(um) a 4 (quatro) anos.

112. Havendo indícios suficientes de que determinado funcionário público integra organização

criminosa, poderá o juiz determinar seu afastamento cautelar do cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração, quando a medida se fizer necessária à investigação ou instrução processual. A condenação com trânsito em julgado por participação em organização criminosa acarretará a esse funcionário público, no entanto, a perda do cargo, função, emprego ou mandato eletivo e a interdição para o exercício de função ou cargo público pelo dobro do prazo da plena aplicada.

113. A Lei de Organizações Criminosas passou a admitir a ação de agentes de polícia infiltrados virtuais com o fim de investigar os crimes nela previstos e a eles conexos, praticados por organizações criminosas, desde que demonstrada sua necessidade e indicados o alcance das tarefas dos policiais, os nomes ou apelidos das pessoas investigadas e, quando possível, os dados de conexão ou cadastrais que permitam a identificação dessas pessoas. É correto afirmar que tal infiltração será autorizada pelo prazo máximo de 12 (doze) meses, sem prejuízo de eventuais renovações, mediante ordem judicial fundamentada e desde que comprovada sua necessidade.

Considerando a Lei nº 9.455/1997 (Lei Antitortura), julgue os itens.

114. É crime de tortura constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental, com o fim de provocar ação de natureza criminosa. Se desse fato resultar a morte da vítima, o crime será punido com reclusão de quatro a dez anos.

115. Letisgou Daqui é Agente Federal de Execução Penal e foi condenado à pena de reclusão de cinco anos pela prática de crime de tortura. Erra quem afirma que a condenação de Letisgou acarretará a perda do seu cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício pelo mesmo prazo da pena aplicada.

116. O agente público que submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo, pratica o delito de tortura, com pena majorada de um sexto até um terço.

Nos termos da Lei nº 13.869/2019 (Abuso de Autoridade), julgue o item subsecutivo.

117. Passos Dias Aguiar, servidor público do Departamento Penitenciário Nacional, foi condenado por crime abuso de autoridade, nos termos da Lei nº 13.869/2019 (Lei de Abuso de Autoridade), tendo sido reconhecida sua reincidência em crime da mesma espécie. Assim, por conta da reincidência, tem-se como efeito automático da sentença condenatória a perda do cargo público do servidor Passos Dias Aguiar.

A respeito da Lei Federal nº 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento), julgue os itens.

118. O Estatuto do Desarmamento tipifica crimes relacionados à questão do uso de armas de fogo, acessórios e munições no nosso país. É seguro afirmar que, ainda que alguns desses tipos sejam considerados crimes hediondos, há dentre eles apenas um delito de menor potencial ofensivo: o crime de omissão de cautela.

119. A autorização para o porte de arma de fogo de uso permitido, em todo o território nacional, é de competência do Sistema Nacional de Armas (SINARM) e somente será concedida após autorização do Exército.

120. Situação hipotética. Sem que tivesse qualquer autorização para tanto, determinada pessoa, em uma operação de importação, vendeu uma arma de fogo a um agente policial disfarçado. **Assertiva.** Caso haja presentes elementos probatórios razoáveis de

conduta criminal preexistente dessa pessoa, ela responderá por crime punível com pena de reclusão de seis a doze anos e multa.

Prova Discursiva

Marcio Damasceno

O trabalho invisível e adoecedor dos agentes penitenciários

Em recente veiculação nas principais redes de comunicação, o Brasil e o restante do mundo ficaram consternados com a morte de 56 detentos em uma rebelião ocorrida no Complexo Penitenciário Anísio Jobim em Manaus (AM). As autoridades federais e estaduais, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Comissão de Direitos Humanos, prontamente manifestaram-se e agiram em resposta ao massacre que ceifou as vidas que estavam sob a guarda do Estado. Foram 17 horas de rebelião em 1º de janeiro, Dia Mundial da Paz e Dia da Fraternidade Universal, ocasião em que vários prisioneiros foram mortos, decapitados e esquartejados e 12 agentes penitenciários ficaram sob posse dos rebeldes.

Dos 12 reféns, seis foram libertados ao longo da noite e o restante na manhã seguinte. O susto foi tão grande que a maioria foi levada à emergência do hospital psiquiátrico da região com sintomas de ansiedade intensa, como insônia, tremores e falta de apetite. Alguns precisaram tomar medicamentos para aliviar as reações causadas pelo medo intenso. Para eles, não existe acompanhamento prévio de equipe multiprofissional, o que é grave. E apesar de todo esse pânico, não foram veiculadas notícias sobre o drama vivido pelos agentes penitenciários. [...]

Disponível em:

https://portal.cfm.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=26867:2017-04-20-14-03-49&catid=46#:~:text=Transtorno%20misto%20de%20ansiedade%2C%20s%C3%ADndrome,doen%C3%A7as%20que%20acometem%20os%20agentes. Acesso: 07 de agosto de 2020.

Agentes prisionais tiveram saúde mental abalada na pandemia

Pesquisa feita entre policiais penais e agentes prisionais de todo o país revelou que a maioria deles, 73,7%, relatou ter a saúde mental afetada por causa da pandemia de covid-19 e que o apoio institucional para lidar com essas emoções chegou a 5,1% deles.

De acordo com a segunda fase da pesquisa Pandemia de Covid-19 e os Agentes Prisionais e Policiais Penais no Brasil, na percepção de 82,2% dos agentes prisionais, as tensões entre presos aumentaram após o início da pandemia.

A pesquisa foi feita pelo Núcleo de Estudos da Burocracia, da Fundação Getúlio Vargas (NEB/FGV) por meio de entrevista *online* a 613 profissionais da polícia penal de todas as regiões do Brasil, entre os dias 15 de junho e 1º de julho. Foram coletadas informações sobre a percepção dos profissionais sobre os impactos da pandemia de covid-19 no seu trabalho, no seu bem-estar e nas relações com os presos.

Disponível

em:

[https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-08/agentes-prisionais-tiveram-saude-mental-abalada-na-pandemia.](https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-08/agentes-prisionais-tiveram-saude-mental-abalada-na-pandemia) Acesso: 07 de agosto de 2020.

Considerando os textos acima como meramente motivadores, elabore um texto dissertativo-argumentativo sobre o tema:

SAÚDE MENTAL DO POLICIAL PENAL NO CONTEXTO DE UMA SOCIEDADE MARCADA PELA INSTABILIDADE EMOCIONAL

Ao elaborar seu texto, aborde os seguintes aspectos:

- a) Instabilidade emocional como uma das características da sociedade contemporânea. [valor 6,50 pontos]
- b) Especificidades do ofício do policial penal. [valor 6,50 pontos]
- c) A contribuição do Estado para transformação da realidade no âmbito da atividade do policial penal. [valor 6,00 pontos]



Estratégia
Concursos

FOLHA DE RESPOSTA

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Preencha o Gabarito!

<http://bit.ly/Simulado-DEPEN-13-09>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>